

# CEDI

## Povos Indigenas no Brasil

Fonte JESP Class.: 2068

Data 12/11/77 Pg.: \_\_\_\_\_

### Ministro não aceita a mudança da Funai

Da sucursal de BRASÍLIA

O ministro do Interior, Rangel Reis, ao depor, ontem, na CPI do Índio, disse que é contrário ao deslocamento da Funai para outro órgão, porque considera compatíveis a política indigenista e as funções de desenvolvimento regional executadas pelo Ministério do Interior. Rangel Reis anunciou, durante a sua exposição, que seu Ministério enviará brevemente ao presidente Geisel um projeto de lei que poderá modificar substancialmente a questão da destinação das terras habitadas por índios, após a sua emancipação.

O Estatuto do Índio, em sua forma atual, não faz qualquer referência à situação dessas terras, que estão sob o domínio da União, depois da emancipação. Rangel Reis explicou que de acordo com o anteprojeto, as terras seriam doadas aos grupos, levando em conta a realidade sócio-cultural de cada comunidade e seriam inalienáveis por 10 anos.

Rangel Reis garantiu que a Funai não agirá de forma arbitrária ao definir essas áreas, levando sempre em conta as ten-

dências para exploração individual ou coletiva da terra por meio de contatos com os líderes das comunidades.

Ainda sobre emancipação, Rangel Reis afirmou que muitas comunidades indígenas ainda não pleitearam a liberação da tutela por falta de conhecimento sobre o que lhes acontecerá após a aplicação da medida. "Posso garantir — disse — que mesmo após a emancipação, a Funai continuará a prestar assistência técnica e social às comunidades indígenas, sem que tal apoio signifique qualquer forma de paternalismo".

Segundo o ministro, será desencadeada, em breve, uma ampla campanha junto às comunidades indígenas mais aculturadas, no sentido de explicar o sentido da integração e da emancipação, dos direitos e deveres dos índios.

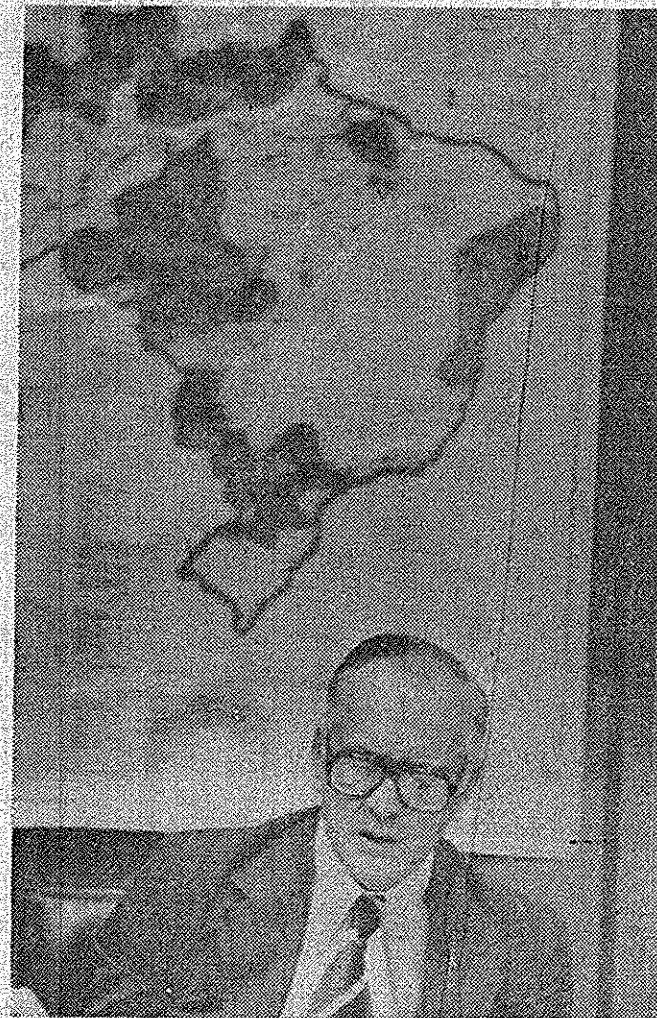
Rangel Reis ressaltou que o processo de integração do índio "se desenvolverá ao longo do tempo", e talvez exija mais de uma geração para concretizar-se na prática.

O ministro Rangel Reis confirmou, ao responder a uma indagação do deputado Alton Soares (MDB-SP), que o go-

verno não pretende mais firmar convênios com entidades estrangeiras para programas de pesquisas e educação junto a comunidades indígenas. Citou o caso específico do Summer Institute of Linguistic que vinha atuando em diversas áreas indígenas, prestando assistência no campo da linguística.

"O convênio com a entidade norte-americana não será renovado — explicou — porque a avaliação feita pela Funai indicou precariedades em sua atuação. Queremos, a partir de agora, pesquisadores brasileiros nas áreas indígenas, pois as próprias universidades estão interessadas nesse tipo de trabalho e têm condições para desempenhá-lo".

Sobre a atuação do Cimi, o ministro disse que desconhece a sua ligação com a Igreja, e que é contra a participação de elementos do Conselho Indigenista Missionário no Conselho Indigenista da Funai e que não se preocupa com a sua atuação, pois o interesse de seu ministério está voltado para possibilitar melhores recursos técnicos e financeiros à Funai.



Rangel: Funai não quer paternalismo